

# Com prerrogativas, Congresso continua indeciso

Luís Eduardo Costa

O Congresso Nacional ainda está tateando com as prerrogativas adquiridas com a nova Constituição. A apreciação das medidas provisórias que compõem o Plano de Verão dá bem a dimensão do que isso significa para uma instituição que, com poucos momentos de altivez, viveu anos sob os grilhões de um Executivo forte. Ao rejeitar a medida provisória nº 25, que permitia ao Governo assumir todos os compromissos das empresas estatais que forem extintas ou privatizadas, procurou demonstrar que não aceitará mais imposição ou intimidação do Executivo, segundo a avaliação de alguns parlamentares.

O líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), liderou sua bancada nesse recado ao Governo, cujo objetivo foi forçar o Executivo a negociar outros pontos do pacote econômico enviado ao Congresso sob a forma de medidas provisórias. A única medida que a maioria de senadores e deputados considerou de relevância e urgência, como determina a Constituição, foi a de nº 32, que determinou o congelamento de preços e salários e desindexou a economia.

## Desgaste

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que já foi presidente do Congresso, diz que o Governo podia ter negociado melhor com a instituição, para evitar o desgaste. O senador lembra que, quando era ministro da Previdência, negociou um projeto com o Congresso e este foi aprovado em 24 horas. Na sua

opinião, faltou por parte do Governo um interlocutor no Congresso para negociar.

Para Jarbas Passarinho, é necessário o Congresso definir o quanto antes o que é relevante e urgente para a adoção de uma medida provisória. De fato, muitos parlamentares têm reclamado da frequência com que o Governo vem adotando as medidas.

O senador acha que a dificuldade, agora, está em que a Constituição adotou um dispositivo tipicamente parlamentarista e que está engressada no regime presidencialista.

## Recuo

Mas, na oportunidade que teve para mudar essa situação, o Congresso recuou, numa demonstração de que ainda não se habituou com os novos poderes que a Constituição lhe deu. O deputado Roberto Freire, líder do PCB, lembra que a polêmica que antecedeu a apreciação da medida provisória nº 32, por exemplo, poderia ter sido evitada se o Legislativo tivesse aprovado uma resolução permitindo a apresentação de todos os tipos de emendas a esse dispositivo. Ao invés disso, no entanto, uma maioria eventual decidiu que seriam permitidas apenas supressões parciais ao texto.

O episódio das medidas provisórias não foi o único em que o Congresso se viu confrontado como novos poderes. No final do ano passado, senadores e deputados, que efetivamente trabalharam para a instituição adquirir mais prerrogativas com a nova Constituição, pude-

ram mexer no orçamento geral da União e fizeram as alterações que consideraram relevantes. Uma dessas alterações se constituiu numa verdadeira batalha entre as duas instituições, que foi a rolagem da dívida externa dos Estados. O Governo queria rolar as dívidas em 75%, enquanto os estados pressionavam por uma rolagem de 90%. Depois de muito debate, deputados e senadores decidiram por meio termo: os estados mais ricos pagariam uma percentagem maior de suas dívidas. Essa parte e outras do orçamento foram objetos de veto por parte do presidente Sarney.

## Fiscal

Apesar de todo esse posicionamento frente ao poder do Estado, o Congresso ainda engatinha em assumir todas as suas responsabilidades. Um exemplo é a falta de cumprimento de um dispositivo constitucional concebido justamente para alçar o Legislativo como um fiscal em constante vigilância em todas as grandes questões nacionais. Trata-se do parágrafo 4º do artigo 58. Nele está estabelecido que, durante o recesso, haverá uma comissão representativa, eleita pelas duas casas — Senado e Câmara, a ser escolhida na última sessão ordinária legislativa, com atribuições estabelecidas no regimento comum. Isso não foi feito porque faltou interesse das lideranças majoritárias da instituição. Se a comissão tivesse sido constituída, as mudanças na economia instituídas pelo Plano Verão teriam sido melhor debatidas.